

A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Wallace Pinto da Silva Filho (IC), Willian Caldas de Jesus (IC), *Maraisa Bezerra Lessa (PQ)

PIBICTI

Câmpus Águas Lindas de Goiás

* e-mail: maraisa.lessa@ifg.edu.br

Palavras Chave: política social; direitos da criança e do adolescente; rede de atendimento da criança e do adolescente.

Introdução

Esta pesquisa versa sobre a rede de atendimento dos direitos da criança e do adolescente de Águas Lindas de Goiás. Partindo da hipótese de que problemas enfrentados pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, inseridos na totalidade capitalista, dificultam a efetivação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município, a pesquisa buscou investigar essa questão a partir da percepção dos atores envolvidos. O objetivo geral desta pesquisa foi mapear e analisar criticamente a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente implementada em Águas Lindas de Goiás, com base nos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Metodologia

A investigação foi de natureza qualitativa e utilizou-se como método a sociologia compreensiva que busca compreender os fenômenos a partir da ação social dos agentes, porém considerando o território inserido no modo de produção capitalista. Para tanto, foi realizada entrevista semiestruturada e aplicado questionário via Google Form aos profissionais da rede de atendimento dos direitos da criança e do adolescente de Águas Lindas de Goiás.

Resultados e Discussão

A pesquisa identificou algumas dificuldades para a implementação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em Águas Lindas de Goiás. Entre elas, as condições inadequadas das unidades, quantidade de profissionais insuficientes, jornada de trabalho excessiva, materiais de trabalho inadequados ou insuficientes, dificuldades na articulação intersetorial e desconhecimento dos profissionais do município acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos protocolos de encaminhamento. Vale destacar que 60% dos que responderam apontaram o clientelismo político como uma das maiores dificuldades da rede de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em Águas Lindas de Goiás. Também em torno de 60% dos membros que responderam o questionário acreditam que o ECA foi uma grande conquista, mas o Estado precisa garantir condições para sua implementação na prática, a falta destas garantias contribuem para o aumento da violência contra crianças e adolescentes. Quando questionados se pudessem encaminhar sugestões para modificações ou aperfeiçoamento do ECA, quais medidas ou alterações você

sugeriria, todos apontaram que é necessário a efetivação das leis já existentes. O que nos leva a perceber a ineficiência do Estado na implementação dessa política.

Conclusões

De acordo com os dados coletados, foi perceptível observar a insuficiência dos serviços prestados no atendimento de crianças e adolescentes em Águas Lindas de Goiás. As entidades não possuem um sistema organizacional e um fluxo de atendimento que dê conta de toda a demanda, de forma a garantir a efetivação plena dos direitos da criança e do adolescente do município. Percebe-se boa vontade por parte dos membros da rede, mas poucos recursos oriundos do Estado para a implementação de tal política, em sintonia com a lógica das políticas sociais em tempos de capitalismo neoliberal.

Agradecimentos

Saudamos e agradecemos a todos os membros da Rede que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização desta pesquisa. Agradecemos também ao Instituto Federal de Goiás pelo fomento e apoio neste projeto tão essencial para o município de Águas Lindas de Goiás.

- COSTA, A.C.G. De menor a cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil. Brasília: Ministério da Ação Social, 1995.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.